

PREFEITURA DE BRUSQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Escola de Ensino Fundamental Pe. Luiz Gonzaga Steiner

PREFEITURA DE BRUSQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeito de Brusque
Ari Vechi

Secretário Municipal de Educação
Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Diretora de Ensino Fundamental
Ivanete Lago Groh

Diretora de Ensino Educação Infantil
Franciele Marcia Mayer

Diretora
Viviana de Souza Pavesi

Coordenadoras
Ana Maria Basso dos Santos
Marcele Misael Stedill

QUADRO GERAL DE SERVIDORES DA UNIDADE DE ENSINO

Diretora

Viviana de Souza Pavesi

Coordenação Pedagógica

Ana Maria Basso dos Santos

Marcele Misael Stedill

Professores (as)

Andreia Silveira Gamba Kolher

Angela Helena Leoni

Antônia Claudinéia Alves Pinheiro

Carina Venturelli

Cintia Reitz

Cleifer Leony Augustino de Brito

Elisiane Vanatt Fuzão

Fabiana Rodrigues da Silva

Gabriel André Schwartz

Graziella Villain

Gustavo Vicentini

Ingrid Caroline Coelho

Iomara Geane de V. Iadicola

Ivone Gonçalves Zucco

Jadyna Teixeira Oliveira Alvares

Jenifer Maiara Lassoli

Juliese Vieira Dallagnolli

Lucelia de Paula Rodrigues

Ludmila de Souza Andrade

Maria da Glória M. dos Santos Maçaneiro

Marly Gaiguer

Morgana Tachini

Natália Maria Ertal Sani

Priscila Ferreira Campos

Samuel Haang

Sandra Regina Wolf Moraes da Silva

Tirza Natach Dutra Medeiros

Monitoras

Agatha Maciel Barbosa Pereira

Aksa Milany Marques Trindade

Ana Flávia Imhof

Cristina Ramos

Eliane Maria de Almeida

Daniela Rosset

Fernanda Graf

Grasielli Aparecida de Almeida

Iran Mariano Silva de Aruda

Ivaldete Rosa Rodighero

Jane Luci Sielski de Morais

Maria Cândida Moura da Fontour

Matheus Rhuan Alves de Souza

Mikaela Caxias Gonçalves Alencar

Sione de Almeida dos Santos

Stefani Eduarda Capistaneo

Agentes em Atividade de Educação

Jandira da Silva Bianchessi

Jéssica Mayumi Hotta fatel

Júlia Elizete de Souza

Louzimar Soares de Souza

Marlene Kuchembecker

Marlos Nazareno da Costa Silva

Rosmari Bento

Thais Javoski Correia dos Santos

Vera Lúcia Fernandes de Oliveira

Presidente da APP

Elisandra Hoffmann

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	08
1.1 VISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	08
1.2 MISSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	08
1.3 VALORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	08
1.4 VISÃO DA E.E.F. PE LUIZ GONZAGA STEINER.....	09
1.5 MISSÃO DA E.E.F. PE LUIZ GONZAGA STEINER.....	18
1.6 VALORES DA E.E.F. PE LUIZ GONZAGA STEINER.....	18
2 MARCO SITUACIONAL	09
2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	09
2.2 CONTEXTO DA ESCOLA.....	10
2.3 PERFIL DA COMUNIDADE.....	10
2.4 IDENTIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	10
2.5 HISTÓRICO DA ESCOLA	11
2.6 SITUAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA E RECURSOS MATERIAIS	19
2.7 RECURSOS HUMANOS	20
2.8 GESTÃO DA ESCOLA	27
2.9 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E DO ENSINO	28
2.10 RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE.....	30
2.11 CURRÍCULO	31
2.12 ESTRUTURA CURRICULAR	32
2.13 RESULTADOS EDUCACIONAIS	33
2.14 DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS.....	33
3 MARCO CONCEITUAL: DEFINIÇÃO DAS BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	35
3.1 CONCEITO DE INFÂNCIA.....	35

3.2 CONCEPÇÃO DE ESCOLA.....	35
3.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAR E EDUCAÇÃO.....	36
3.4 CONCEITO DE APRENDIZAGEM.....	37
3.5 CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	38
3.6 CONCEITO DE ESCOLA SUSTENTAVEL	38
3.7 CONCEITO DE EDUCAÇÃO COOPERATIVA	38
3.8 CONSTRUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O PROCESSO DE (RE) ELABORAÇÃO CONCEITUAL.....	39
3.8.1 Pressupostos Metodológicos: Os Fundamentos Teóricos e Ação Pedagógica.....	40
3.9 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM – INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	41
3.9.1 Avaliação Educação Infantil.....	44
3.9.2 Critérios de Avaliação Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	45
3.9.3 Recuperação Paralela.....	46
3.9.4 Avaliação dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais.....	46
3.10 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	49
3.10.1 Fundamentação Legal, Política e Pedagógica da Educação Inclusiva.....	49
3.10.2 Sala Multifuncional.....	51
3.10.3 Função do Atendimento Educacional Especializado.....	51
3.10.4 Público Alvo.....	52
3.10.5 Atribuições do Professor.....	52
3.10.6 Quanto ao Atendimento.....	53
3.10.7 Avaliação.....	53
3.10.8 O Uso das Tecnologias em Sala de Aula.....	53
4. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAL.....	54
5. DISPOSITIVOS LEGAIS.....	54
5.1 ESTATUTO.....	54
5.2 REGIMENTO.....	55
5.3 CALENDÁRIO.....	56
5. REFERÊNCIAS.....	56
6. ANEXOS.....	56
.....	

INTRODUÇÃO

“A importância do Projeto Político Pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo.”

Betini. Geraldo Antônio, in:

O Projeto Político Pedagógico tem importância fundamental, pois é o norteador das ações coletivas da escola. É uma ação interativa de todos os sujeitos do processo, com consequência e compromisso coletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, em seu artigo 12, §1º, art. 13, §1º e no art.14, §1º e 2º estabelece orientação legal a escola para elaborar executar e avaliar seu Projeto Político Pedagógico.

Por sua natureza aberta, configura uma proposta flexível a ser concretizada nas decisões dos projetos educacionais empreendidos na escola, bem como o sistema de avaliação e a prática disciplinar desenvolvida pelos professores. As metas aqui propostas se efetivarão em parceria com toda a comunidade escolar e com o real comprometimento dos profissionais que a elaboraram.

No ano letivo de 2019 iniciou-se um processo de formação para a reelaboração e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) com as seguintes etapas:

- a) 1º etapa: formação do polo 05, formado pelas Escolas De Ensino Fundamental Edith Gama Ramos, Luiz Gonzaga Steiner, Escola de Ensino Fundamental Rio Branco e Escola de Educação Básica João Hassmann. Este polo recebe a assessoria do Professor João Ricardo;
- b) 2º etapa: orientada pelo professor assessor aos representantes da escola para dar continuidade aos trabalhos do PPP, a partir da análise da ficha avaliativa preenchida (Diagnóstico). Nessa etapa houve a elaboração de questionário e encaminhamento às famílias para levantamento da realidade socioeconômica e cultural da comunidade. Nesse momento houve a participação e envolvimento das famílias ligadas à comunidade escolar.
- c) 3º etapa: apresentação aos professores, monitores e demais servidores as etapas realizadas e após a leitura foi aberto para sugestões, supressões e alterações propostas.
- d) 4ª etapa: apresentação aos pais em Assembleia para sugestões.

e) 5ª etapa: encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação para conhecimento e aprovação.

A gestão democrática é ao mesmo tempo transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo e está prevista Lei de Diretrizes e Bases (LDB) art. 3º princípio VIII e art. 14 determina que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática.

O PPP voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva – um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

O PPP orienta a prática de produzir uma realidade. Para isso, é preciso conhecer essa realidade; refletir sobre ela; planejar as ações para a construção da realidade desejada.

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola de Ensino Fundamental Pe. Luiz Gonzaga Steiner e Centro de Educação Infantil Tia Dete, no contexto da Secretaria Municipal de Educação de Brusque define:

1.1 VISÃO: Uma Escola comprometida com a formação humana que oportunize o aprender, o fazer, o viver e o ser.

1.2 MISSÃO: Proporcionar à sociedade brusquense uma educação de qualidade por meio de políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência à Educação Básica, à inclusão social, cultural, ambiental e digital, possibilitando a construção da cidadania voltada à valorização do ser humano.

1.3 VALORES: Formação integral do ser humano; Ética; Diálogo; Autonomia; Equidade / diversidade; Qualificação e valorização dos profissionais de educação; Excelência no processo de ensino/aprendizagem; Conscientização Ambiental; Inclusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); Gestão participativa; Empreendedorismo e Parceria; Garantia de infraestrutura física; Recursos pedagógicos.

1.4 VISÃO DA UNIDADE ESCOLAR: Ser uma escola de referência no processo de ensino e aprendizagem, com olhares voltados para a cooperatividade com fins sustentáveis, criativos e ecoformadores.

1.5 MISSÃO DA ESCOLA: Oferecer uma educação de qualidade, em um ambiente acolhedor que possibilite o desenvolvimento da competência cognitiva, moral, afetiva, social e física; formando, assim, as bases para que o aluno saiba conviver num mundo em constante transformação, conhecendo a si mesmo, sabendo conviver com o outro e com o ambiente, ciente de sua responsabilidade frente à própria vida, à sociedade e o meio ambiente.

1.6 VALORES:

- ✓ **Ética:** Ser uma instituição de ensino educacional fundamentada em uma postura íntegra, justa, honesta, valorizando a verdade, o respeito e o diálogo;
- ✓ **Respeito e Justiça:** Agir sem discriminar as pessoas, tratando-as de forma personalizada, com imparcialidade e respeitando as diferenças individuais;
- ✓ **Responsabilidade Social:** Agir de maneira consciente e responsável com as questões sociais e ambientais, buscando um relacionamento sustentável,

profissional e de cooperação: Atuando de forma organizada e planejada, valorizando o trabalho em equipe e a ajuda mútua;

- ✓ **Responsabilidade Ambiental:** Como instituição educadora agir de maneira a cooperar com o desenvolvimento sustentável e ecoformador. Partindo do conhecimento científico, visando à articulação de atitudes e valores.
- ✓ **Confiabilidade:** Ser uma instituição que inspire segurança e credibilidade, da qual todos tenham orgulho de participar;
- ✓ **Coerência:** Agir sempre no sentido de cumprir a nossa missão respeitando os valores em que acreditamos.
- ✓ **Cooperação:** Agir de forma a promover uma prática pedagógica cooperativa, reflexiva, consciente e criativa, que traz consigo a expectativa de colaborar a para a formação de cidadãos cooperativos, que se disponham a criar laços de confiança que viabilizem a participação e a convivência democrática.

3 MARCO SITUACIONAL

2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PE. LUIZ GONZAGA STEINER

NOME: Escola de Ensino Fundamental Pe. Luiz Gonzaga Steiner

CÓDIGO: 08086/1 – CNPJ: 00.760 816/0001-13

ENDEREÇO: Rua SC-021 – Travessa Lagoa Dourada Nº 560

DECRETO DE CRIAÇÃO: Nº 4.623/2000

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Brusque

TIPO DE ENSINO MINISTRADO:

- ✓ I Educação Infantil - Infantil I, Infantil II, Infantil III e Pré-escola
- ✓ II Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais

2.2 CONTEXTO DA ESCOLA

Em 2019 a Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner atende a 321 alunos distribuídos do infantil I ao nono ano do Ensino Fundamental. Conta com uma equipe de 47 profissionais. O público atendido pelo educandário vem apresentando mudanças socioeconômicas e culturais devido ao processo de migração sofrido pelo município e o bairro que a escola está situada.

No decorrer do ano letivo 2019 ocorreram orientações e esclarecimentos sobre a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Brusque, construída pelos profissionais da rede a luz da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Após a nova Proposta Pedagógica estar concluída iniciou-se o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola para adequá-lo a este novo marco na educação que é a BNCC. Para que se consolidasse maior participação, aplicou-se uma pesquisa de campo com as famílias. Onde foi possível analisar a realidade socioeconômica dos alunos e suas respectivas famílias.

2.3 PERFIL DA COMUNIDADE

O perfil da comunidade escolar está retratado em anexo em uma pesquisa sócio econômica atualizada sempre no início de cada ano letivo.

Através dela a escola consegue ter uma melhor visão de seu público alvo e de posse dela e junto de seus profissionais a utiliza para elaborar o planejamento anual como também o plano de gestão da escola.

Através desta pesquisa também será possível corrigir e traçar ações e novas metas para o alcance de seus objetivos contemplados em seu PPP

2.4 IDENTIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

2.5. HISTÓRICO DA ESCOLA

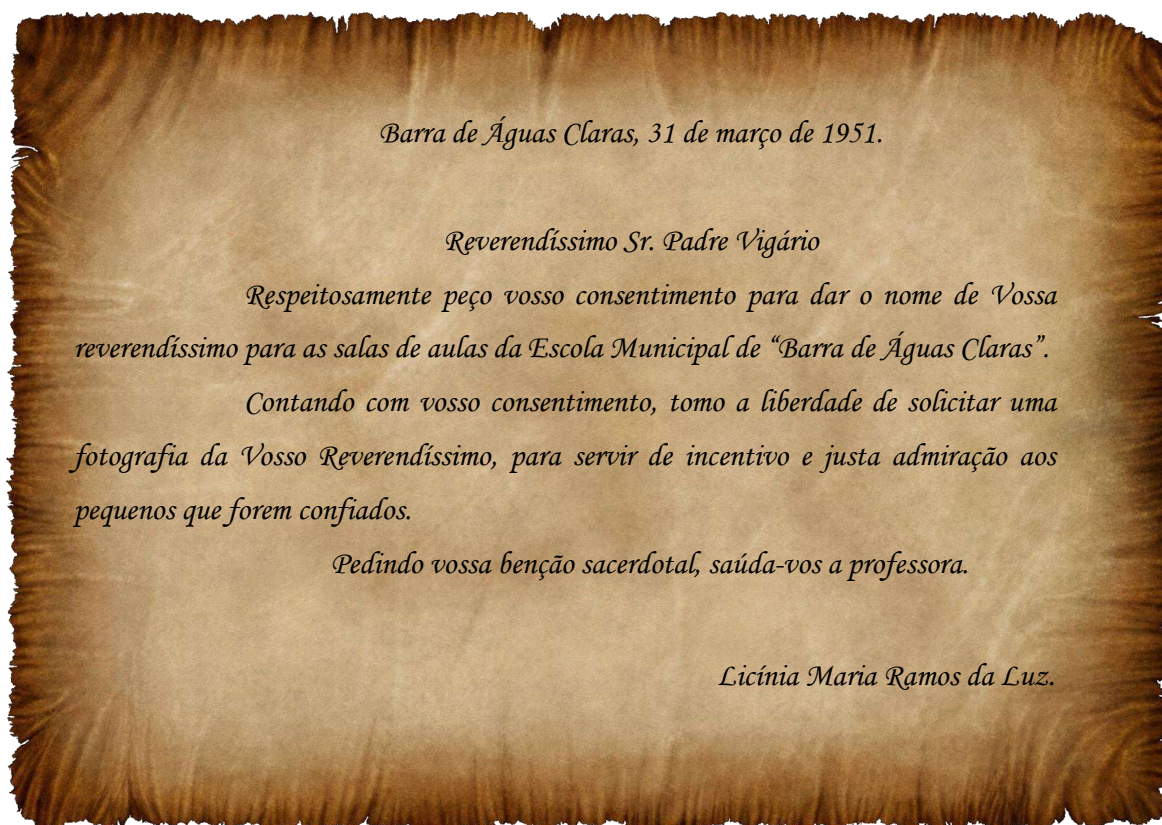
A Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner, código 08086/1, sito à Barra de Águas Claras, conhecida como Travessa Lagoa Dourada 560, transversal da Rua Dom Joaquim, na cidade de Brusque, estado de Santa Catarina, de propriedade da comunidade e Prefeitura Municipal de Brusque, mantida por estas e administrada pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

A escola iniciou suas atividades no transcorrer do ano de 1950, com o nome de Escola Mista Municipal Barra de Águas Claras, nas dependências de um armazém pertencente ao Sr. Ambrósio Mafra situado na Rua Dom Joaquim, após a Agência Agip Liquigás.

Logo este terreno foi vendido para o Sr. Helmuth Beilfuss e no dia 15/02/1951, a escola passou a funcionar num terreno doado pelo Sr. Augusto Kohler, onde os fundadores Ervino Hoschsprung, Alois Seubert, Antônio Coppi, Ernesto Kuchenbecker, Otto Knop, Franz Bartz e Alis Schindwein construíram a escola, uma casa pequena de madeira com uma sala de aula, um banheiro e uma cozinha, num terreno a 50m da atual escola.

E esta escola teve como data da **fundação dia 11/02/51** tendo como primeira professora Licínia Maria Ramos da Luz que iniciou lecionando numa sala de aula para 32 alunos de 1ª a 4ª série.

Dona Licínia enviou uma correspondência ao vigário da época Pe. Luiz Gonzaga Steiner, pedindo o seu consentimento para dar o seu nome à Escola de Barra de Águas Claras. Passando a chamar-se então em 16/05/51, Escola Mista Municipal Pe. Luiz Gonzaga Steiner.



Por volta de 1953, as turmas foram desdobradas passando a denominar-se Escola Mista Municipal Desdobrada Pe. Luiz Gonzaga Steiner, tendo também a professora Olga Ana Lyra.

Já no início foram fundados: O Jornalzinho escolar com o nome “**Jornal Luz**”, nele constava as melhores redações dos alunos, os conselhos para uma boa caligrafia, história dos Vultos Nacionais e mensalmente era encaminhado para o inspetor Escolar e Municipal da época: Oscar Krieger e José Yoloc. Fundado também o pelotão de Saúde Dr. “Antônio Schaeffer “. E também em 1951, o Clube de Pais e Professores, hoje APP, com os seguintes componentes:

Presidente: Antônio Coppi

Tesoureiro: Alois Seubert

Secretária: Professora Licínia

Em julho de 1956, o Sr. Ervino Hoschsprung assumiu a presidência da APP.

No ano de 1951, foi fundada também a Biblioteca Escolar. Dona Licínia envia uma carta ao Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Junior, pedindo seu consentimento para nomear a biblioteca de “Biblioteca Vidal Ramos”.

Barra de Águas Claras, 02 de abril de 1951

Exmo Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Junior

Cheia de justo orgulho, por vossa obra que passo a passo se agiganta, preciso dizer-vos o quanto me ufano ao ouvir contar vosso passado no governo.

Agora, modesta professora municipal, que sou, lembrei-me de homenagear o gigante Serrano cujo nome já pertence às páginas de ouro de nossa história, dando Vosso nome para a modestíssima Biblioteca de minha nova Escola, para que todas estas crianças aprendam quem foi o homem que engrandeceu o nosso estado. Conto que Vossa Excelência me dará esse consentimento e me honrará com uma fotografia vossa, para colocá-la em lugar de honra na sala de aula.

Esperando ser atendida despeço-me com respeito e consideração.

De Vossa Excelência Atenta.

Licínia Maria Ramos da Luz.

A primeira merendeira foi dona Lili Knop, onde a mesma preparava o leite em casa (única merenda da época). Depois veio a sopa, nesta época era feito com os alunos campanha de verduras para colocar na sopa, a Dona Lili saiu, passando o seu cargo para dona Iraci Kohler.

Necessitando de um espaço maior os fundadores compraram um terreno de 1.600 metros quadrados pertencente ao Sr. Otto Hoschsprung e o prefeito da época se comprometeu com a construção da Escola de alvenaria de 160 metros quadrados com duas salas de aula, cozinha, gabinete e dois banheiros. A inauguração deste novo prédio foi em 15/05/73, passando a denominar-se Escola Isolada M. Pe. Luiz Gonzaga Steiner.

Em 05/05/83, foi criada, anexo a escola, a Educação Infantil “Tia Dete”, pelo decreto nº 13/05/83, em homenagem a Dete Heinig. Tendo como primeira professora Morgana Archer e no ano seguinte Cristina Dada Paza.

Em 05/10/86, ampliada com mais duas salas e a construção da quadra de esportes, passando a denominar-se Escola Multisseriada M. Pe. Luiz Gonzaga Steiner com 256 metros quadrados.

Em 03/03/92, com base no decreto lei nº 2579/92 passou para: Escola Reunida M. Pe. Luiz Gonzaga Steiner tendo como primeira diretora Solange Otaviano Baungartner.

Em 17/04/96, foi feita eleição com a comunidade para a escolha da nova diretora da Escola, assumindo então a direção Cilene Angelina Fantini Dada.

Em 1997, a escola deu início a cobertura da quadra de esportes, sendo que a Prefeitura Municipal contribuiu com apenas 10% da construção.

Em 13/12/2000, foi inaugurado a construção de banheiros, vestiários, reforma do piso da quadra e a construção da nova cozinha (ampliação realizada pela Prefeitura Municipal) a escola construiu o depósito situado nesta nova ala e o local onde será o futuro barzinho da quadra de esportes.

Em 20/11/2000, foi alterado o nome da escola de Educação Infantil, passando a denominar-se Centro de Educação Infantil (C E I) e de Escola Reunida passou para Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner (E E F) de acordo com o decreto nº 4.623/2000.

No ano de 2002, foi implantada a 5ª série na Escola, iniciando suas atividades no dia 14/02/02. Neste mesmo ano foi iniciada a construção de mais duas salas de aula e uma sala para direção (em cima dos banheiros e vestiários). Com a implantação da 5ª série, a escola passou a ter uma Orientadora Pedagógica: Elite Lopes, onde a mesma atuava 20 horas semanais.

Em 2007, a escola passou a oferecer o ensino Fundamental de 9 anos.

No ano de 2009, a escola teve como Diretora a Senhora Sueli Guarezi Zenatti e como Orientador o Senhor Alécio Macaneiro.

No ano 2010 a Prefeitura de Brusque, realizou a chamada via concurso público, a Senhora Viviana de Souza Pavesi, que passou a ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica efetiva neste educandário.

A partir 2013, a escola passa a ter como Diretor o Senhor Geovani Garcia, (professor efetivo de matemática da escola), eleito pela comunidade escolar.

Com a mudança da administração pública o cargo de diretor passa a ser por indicação. E em 2017 a escola teve como Diretora a Senhora Carmem Lúcia Knih, que permaneceu no cargo durante o primeiro semestre, tendo que se afastar devido a problemas de saúde, assumindo em seu lugar a Senhora Mara Cristina Huppers.

A Senhora Mara Cristina Huppers permaneceu como diretora nesta unidade até começo de 2021.

Em fevereiro de 2022 a Senhora Viviana de Souza Pavesi, Coordenadora efetiva nesta unidade, assumiu o cargo de diretora.

No ano de 2019 houve a Pandemia COVID-19- fato este que levou o ensino para modalidade online.

2021 às aulas voltaram ao presencial, com rodízio e escalonamento de 50% de dos estudantes e uso de máscaras.

2022 O ano inicia normalmente e o desafio de retomar a vida normal escolar vem sendo o grande desafio da educação.

HISTÓRICO DA APP

Em 1951 foi formado o Clube de Pais e Professores com os seguintes componentes:

- ✓ Presidente: Antônio Coppi
- ✓ Tesoureiro: Alois Seubert
- ✓ Secretária: Professora Licínia

Em uma Assembleia composta por pais, professores e mais o inspetor municipal o Senhor Oscar Gustavo Krieger, foi proposto pelo inspetor Escolar Estadual “Professor José Vieira Côrte”, que

fosse eleito por aclamação o Conselho Diretor, cujo mandato duraria até o primeiro sábado após o início do ano letivo de 1956, o qual ficou assim constituído:

- ✓ Presidente: Ervino Hochprung
- ✓ Vice-Presidente: Ervino Kuchenbecker
- ✓ Tesoureiro: Alois Seubert

De acordo com o artigo 6º do decreto número 192, será Secretário do Círculo de Pais e Professores (APP), o professor da Escola (aqui ficou sendo a professora Olga Lira).

Os próximos presidentes do Círculo foram: Harry Knop, Elias Silva, Nicolau Kohler, Valentim Werner, Valter Knop.

Em uma reunião realizada no dia 20/03/76, passou a ser usado o termo “Associação de Pais e Professores” APP.

A Associação de Pais e Professores APP da Escola Reunida Municipal Padre Luiz Gonzaga Steiner, fundada em 12/03/53, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e tem por finalidade promover a participação da comunidade nas atividades escolares e vice-versa, dentro dos planos e normas estabelecidas em seu estatuto.

BIOGRAFIA DO PATRONO

Padre Luiz Gonzaga Steiner nasceu em São João do Capivari SC, em 14/01/1911. Era filho de Francisco e de Emília Steiner, ingressou no Seminário menor da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus em Brusque em 1926. Concluído os estudos de primeiro e segundo graus, ingressou no Noviciado em Brusque, emitindo os primeiros votos em 17/02/33. Após os estudos de Filosofia em Brusque e de Teologia em Taubaté, foi ordenado nesta cidade aos 30/11/37. A seguir exerceu o cargo de vigário na paróquia de Lucas, e posteriormente na da Penha no Rio de Janeiro.

Em 1948 foi nomeado reitor da Escolasticado de Brusque e a seguir em 1950 vigário de Rio Negrinho, onde permaneceu até 1966, quando foi nomeado Superior do Colégio Dehon de Tubarão. Em 1972, foi transferido para o Seminário do Rio Negrinho. Em agosto de 1978, assumiu como vigário na paróquia de Armazém SC, onde permaneceu até princípio de 1979, quando foi trabalhar na Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus de Corupá. Quando se restabelecia de uma cirurgia do estômago

surgiram problemas e teve que submeter a uma segunda cirurgia, vindo a falecer na casa de Saúde São Vicente de Paula em Curitiba, à 01h30m do dia 24/05/79. Foi sepultado no mesmo dia no cemitério do Seminário de Corupá. Simples e de uma bondade quase ingênua sabia cativar, era bom estar em sua companhia, dava impressão de ser homem realizado e feliz.

PERFIL DA COMUNIDADE

A comunidade Barra de Águas Claras está localizada a 5 km do centro da cidade, faz divisa com a comunidade do Paquetá, Dom Joaquim e Jardim Maluche.

Na comunidade hoje conhecida como Barra de Águas Claras ou Travessa Lagoa Dourada, chegaram em 1860, um grupo de imigrantes que aqui se instalaram e fundaram a Colônia Príncipe Dom Pedro”. Um total de 714 imigrantes, vindos de vários países: europeus, americanos, ingleses, italianos, canadenses, franceses, belgas.

Muitos imigrantes não se estabeleceram aqui porque vieram em busca de ouro, minérios e não encontrando a quantidade desejada foram embora. A maioria dos que ficaram foram os alemães. Os primeiros imigrantes que aqui vieram foram pessoas católicas e protestantes, aqui sempre se entenderam bem.

Os primeiros moradores da comunidade pertenciam às famílias Knop, Becker, Kohler, Hoschsprung e Kuchenbecker . Eis aqui alguns nomes: Alberto Knop, Eduardo Knop, Ricardo Kuchenbecker, Ernesto Kuchenbecker, Carlos Knop, Carolina Knop, João Becker, João Kohler, Arthur Schulenburg, Frau Frerech, Felipe Stracker (seu filho abriu a primeira casa de cinema em Brusque no ano de 1912) Antônio Coppi (foi o primeiro presidente da APP da atual escola nos anos 50).

Alguns dados importantes da nossa comunidade:

- ✓ Onde hoje temos a ponte pênsil localizada próximo a escola (construída em 1998 pelo empenho do então vice-prefeito Celso Bonatelli) havia uma ponte grande coberta de zinco;
- ✓ A rua que passa na frente da escola era a ligação de Botuverá ao centro de Brusque;
- ✓ A rua que passa ao lado da escola, chamada Travessa Lagoa Dourada, era a única via de acesso de Brusque para Florianópolis;

- ✓ A rua Dom Joaquim foi construída em 1970, por isso hoje temos a rua velha onde se encontra a pizzaria do Kohlinha e também a rua baixa onde é localizado os Móveis Michel. A rua Dom Joaquim era chamada Rua do Cedro;
- ✓ No início da colonização encontrava-se na região os bugres;
- ✓ Próximo a escola, onde hoje é a Confeccção Ali Surf existia um cemitério;
- ✓ Onde hoje é a Serraria do Grisa tinha uma tafona de milho que levavam de carroça até a cidade de Itajaí;
- ✓ Eduardo Knop fazia polvilho e moía milho;
- ✓ O avô do Seu Otto Kuchenbecker tinha um engenho de cana;
- ✓ Tinha um engenho de serra onde a madeira era transportada de balsa, chegando a levar 3.000 a 4.000 dúzias de tábuas até Itajaí, chegaram a exportar até para São Paulo e Rio de Janeiro. Esse engenho de serra pertencia a Osalim Piem e Paulo Kelmer;
- ✓ Havia no local uma fábrica de cachaça e engenho para a produção de açúcar mascavo. (Moradores atuais afirmam ter encontrado muitas garrafas, que naquela época haviam sido enterradas, isto significa que os imigrantes gostavam de beber muito);
- ✓ Na época da guerra em 1937, para poder comercializar produtos, as pessoas tinham que pegar ticket na Prefeitura para adquirir querosene (única fonte de luz da época), com o trigo era a mesma coisa, pois o racionamento era muito grande, carne compravam muito pouco, mesmo após a guerra, pois consumiam o que produziam em casa ou trocavam uns com os outros, as mercadorias;
- ✓ Existia em nossa comunidade a venda do senhor Otavio Maestri e Maneca Machado por volta de 1948;
- ✓ Havia também próximo a escola um salão de baile, chamado Salão Estrela, era um dos poucos divertimentos dos jovens e adultos;
- ✓ Nossa comunidade tinha um Porto na Foz do Ribeirão Águas Claras, por isso foi cogitado para que este local fosse o centro da cidade (a sede do governo do município);
- ✓ A diversão dos adultos daquela época era jogar bocha e das crianças era brincar de bola, de esconder, de pega-pega, de caçar;
- ✓ Nossa comunidade tem esse nome Barra de Águas Claras porque moramos num local onde termina o Ribeirão Águas Claras, era um rio com água muito limpa;

- ✓ Nossa comunidade também é conhecida como Lagoa Dourada, porque havia uma lagoa que suas águas eram turvas e a cor dessa água parada era dourada;
- ✓ A comunidade realizou uma pesquisa (via escola) para obterem dados da real necessidade de se ter uma Capela Religiosa na comunidade local. Segundo os dados do levantamento, houve muitas pessoas que apoiaram esta manifestação;
- ✓ Assim, a Escola passou a ceder seu espaço físico (quadra de esportes) para que semanalmente pudessem realizar os encontros para a celebração religiosa, sendo que a primeira missa aconteceu no dia 31/05/2003, celebrada pelo Pe. Silvino. Os encontros eram coordenados por Lindório Scalvim, Adão Cintra e pelo ministro Celso, este na ausência do padre realizava os cultos;
- ✓ Esta Comunidade Religiosa, no dia 26/07/03, passou a receber o nome de “Santa Paulina”
- ✓ Em 10 de março de 2017, foi inaugurado um monumento em homenagem ao Sesquicentenário (150 anos) de fundação da Colônia Imperial Príncipe de Dom Pedro. O marco fica localizado na entrada da escola, onde segundo fontes históricas teria se iniciado a colonização em 10 de marcos de 1867. O ato simbólico foi prestigiado por prefeitos, vices e secretários de toda a região de Brusque e do Vale do Rio Tijucas. O evento contou com a presença do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Carlos Alberto Civinski e do Deputado Estadual Serafim Venzon. O evento foi idealizado e planejado pelo Senhor Paulo Vendelino Kons e teve como visita ilustre o Senhor Dom Bertrand de Orleans e Bragança sobrinho-bisneto de Dom Pedro;
- ✓ No ano de 2017, a escola início o Programa Cooperjovem em parceria com a parceria UNIMED;
- ✓ Em 2019, tornou-se uma Signatária dentro do Movimento ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Onde as educadoras: Silvana Aparecida Rezine, Alex Flávia Silva e Viviana de Souza Pavesi, participaram em Florianópolis do 1º Fórum Brasil ODS 2019;
- ✓ No ano de 2020 o mundo atravessou pela pandemia do Corona Vírus e pela primeira vez na história da Educação Municipal passou a ter aulas online e remotas. As aulas foram suspensas a partir de 19/03/2020.
- ✓ Infelizmente neste mesmo ano a escola perdeu por conta do vírus seu professor de matemática Joaquim Carlos Zaragoza.

BIOGRAFIA DA MADRINHA DA EDUCAÇÃO INFANTIL “TIA DETE”

ILDETE HEINIG, nasceu em 10/11/1939, na cidade de Brusque/SC, filha de Marcelino e Adelina Sardo, em uma família com mais uma irmã e quatro irmãos. Iniciou sua vida profissional na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, onde trabalhou até casar-se com Zeno Heinig, em abril de 1965, e passou a residir no bairro Jardim Maluche. Teve três filhas e um filho, já falecido.

Participou da OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas) durante toda a sua vida, atuando em ações beneficentes. Faleceu em 15/08/1994.

2.6 SITUAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA RECURSOS E MATERIAIS

A escola atende 356 alunos predominantemente do Souza Cruz e Rio Branco. Nas modalidades de Educação Infantil (Infantil I, II, III e Pré I e II) e Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano).

Nosso ambiente de trabalho é suficiente para as realizações das atividades educacionais, porém somos carentes ainda de espaço físico para atividades fora da sala de aula, necessitando urgentemente de reformas e ampliação.

A Escola apresenta um espaço físico de 7.419,28 m² (área do terreno) e tem uma estrutura física de 4.241,27 m² (área construída).

Dependências	Qtdade.	Adequadas	Não adequadas	Adequadas aos AEE
Salas de aula	08	06	01	00
Laboratório de Informática	01	00	01	00
Sala de Professores	01	00	01	00
Biblioteca	01	00	01	00
Depósito	01	00	01	00
Banheiro dos alunos	03	03	00	00
Banheiros dos funcionários	02	02	00	00
Cozinha	01	00	01	00
Secretaria	01	01	00	00
Sala de jogos	00	00	00	00
Sala de Arte	01	00	01	00
Sala Multimídia	00	00	00	00
Laboratório Matemática e Ciências	00	00	00	00

Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	01	00	01	01
---	----	----	----	----

Quadro 1: Dependências da Escola
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Equipamentos	Qtidade.	Adequados	Não adequados	Adaptados aos Alunos AEE
Computadores	08	08	00	00
Data show	09	09	00	00
Notebook	04	04	00	00
Televisores	10	10	10	00
Impressoras	00	00	00	00

Quadro 2: Materiais e equipamentos pedagógicos
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Equipamentos	Qtidade.	Adequados	Não adequados	Adaptados aos Alunos AEE
Cadeiras	07	07	00	00
Armários	02	02	00	00
Computadores	01	01	00	00
Impressoras	01	01	00	00

Quadro 3: Materiais e equipamentos administrativos
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

2.7 RECURSOS HUMANOS

A Escola de Ensino Fundamental Pe. Luiz Gonzaga Steiner é composta pelos seguintes profissionais

Função - Diretor(a) de Escola	Fone - (47) 99915-9215
Viviana de Souza Pavesi	Celular - (47) 99915-9215
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Diretor

Monitor II - Secretaria	Fone - (00) 0000-0000
Aksa Milany Marques Trindade	Celular - (47) 98416-1858
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor	Fone - (47) 99634-8306
Cristina Ramos	Celular - (47) 99620-1987
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Indefinido

Coordenador Pedagógico	Fone - (47) 99181-2436
Marcele Misael Stedile	Celular - (47) 99181-2436
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Coordenador Pedagógico
Coordenador Pedagógico	Fone - (00) 0000-0000
Ana Maria Basso dos Santos	Celular - (47) 98833-0765
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Coordenador Pedagógico
Professor de AEE	Fone - (00) 0000-0000
Cintia Reitz	Celular - (47) 99991-6011
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Professor
Professor de AEE	Fone - (47) 3355-9708
Ana Maria Ponciano da Silva	Celular - (47) 98481-3519
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Professor
Professor de Suporte Pedagógico	Fone - (00) 00000-0000
Tirza Natach Dutra Medeiros Herai	Celular - (47) 98402-6554
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Professor
Professor Aprende+ (Anos Iniciais)	Fone - (47) 99198-3316
Antônia Claudinéia Alves Pinheiro	Celular - (47) 99198-3316
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Professor
Professor Aprende+ (Anos Iniciais)	Fone - (00) 0000-0000
Morgana Tachini	Celular - (47) 98824-6166
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Professor
Monitor III	Fone - (47) 99900-1900
Iran Mariano Silva De Aruda	Celular - (47) 99900-1900
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor III
Monitor II	Fone - (00) 0000-0000
Mikaela Caxias Gonçalves Alencar	Celular - (47) 98888-6839
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II
Monitor II - Biblioteca	Fone - (47) 3039-9495
Fernanda Graf de Oliveira	Celular - (47) 98420-5769
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II
Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 99628-6519
Ivaldete Rosa Rodighero Mapa	Celular - (47) 98433-3690
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II
Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 99227-8654
Eliane Maria Silva de Almeida	Celular - (81) 98412-7008

Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II
---	--------------------

Monitor II - Inclusão	Fone - (00) 0000-0000
Grasielli Aparecida de Almeida	Celular - (47) 99118-8045
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 98867-8020
Ana Flávia Imhof	Celular - (47) 98867-8020
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 3355-9443
Stefani Eduarda Capistaneo	Celular - (47) 99201-9410
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (91) 99362-0681
Matheus Rhuan Alves de Sousa	Celular - (91) 99362-0681
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 98495-8783
Sione de Almeida dos Santos	Celular - (47) 98495-8783
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 99999-2092
Jane Luci Sielski de Moraes de Oliveira	Celular - (47) 99999-2092
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 99738-1110
Maria Candida Moura da Fontoura Santos	Celular - (47) 99738-1110
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

Monitor II - Inclusão	Fone - (47) 99102-6037
Agatha Maciel Barbosa Pereira	Celular - (47) 99102-6037
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Monitor II

APP - Mandato: 2022 / 2024		
Presidente	Elisandra Hoffmann	Fones-/(47)8412-7088
Vice	Vanessa Zirke Baumgartner	Fones-(47)99166-3586/
Secretário(a)	Daniela	Fones-/

					Turma	Alunos
Professor de História Cleifer Leonny Augustinho de Brito						
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: ---	Excedente: ---	Contratado	Vaga Vinculada - Silas Honorato Martins	
Anos Finais - 6o Ano					V	34
Anos Finais - 7o Ano					M	26

Anos Finais - 8o Ano	V	26
Anos Finais - 9o Ano	M	36

Professor de Educação Física Gabriel André Schwartz					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo	
Anos Iniciais - 2o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25			
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 5o Ano	V	18			
Anos Finais - 6o Ano	V	34			
Anos Finais - 8o Ano	V	26			

Professor de Geografia Natalia Maria Ertal Sani					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo	
Anos Finais - 6o Ano	V	34			
Anos Finais - 7o Ano	M	26			
Anos Finais - 8o Ano	V	26			
Anos Finais - 9o Ano	M	36			

Professor de Matemática Juliese Vieira Dallagnoll					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 10	Excedente: 10	Contratado	Vaga Vinculada - Vilmar Coelho
Anos Finais - 6o Ano	V	34			
Anos Finais - 8o Ano	V	26			

Professor Anos Iniciais - 5º Ano Carina Venturelli					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Contratado	
Anos Iniciais - 5o Ano	M	16			

Professor Anos Iniciais - 1º Ano Elisiane Vanatt Fuzão					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: ---	Excedente: ---	Efetivo	
Anos Iniciais - 1o Ano	M	15			

Professor Anos Iniciais - 3º Ano Lucelia de Paula Rodrigues					
Horas: 40	Aulas: ---	Dadas: 33	Excedente: ---	Contratado	
Anos Iniciais - 3o Ano	M	25			
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25			

Professor de Ciências Iomara Geane de Vasconcelos Iadícola					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo	
Anos Finais - 6o Ano	V	34			
Anos Finais - 7o Ano	M	26			
Anos Finais - 8o Ano	V	26			
Anos Finais - 9o Ano	M	36			

Professor de Arte Marly Gaigner					
Horas: 10	Aulas: ---	Dadas: 9	Excedente: ---	Contratado	

Anos Iniciais - 3o Ano	M	25
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25
Anos Iniciais - 4o Ano	M	23
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18
Anos Finais - 6o Ano	V	34
Anos Finais - 7o Ano	M	26
Anos Finais - 8o Ano	V	26
Anos Finais - 9o Ano	M	36

Professor de Língua Estrangeira Moderna / Inglês Ingrid Caroline Coelho					
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Contratado	
Anos Iniciais - 1o Ano	M	15			
Anos Iniciais - 1o Ano	V	17			
Anos Iniciais - 2o Ano	M	24			
Anos Iniciais - 2o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 3o Ano	M	25			
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25			
Anos Iniciais - 4o Ano	M	23			
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 5o Ano	M	16			
Anos Iniciais - 5o Ano	V	18			
Anos Finais - 6o Ano	V	34			
Anos Finais - 7o Ano	M	26			
Anos Finais - 8o Ano	V	26			
Anos Finais - 9o Ano	M	36			

Professor Anos Iniciais - 4º Ano Jenifer Maiara Lassoli					
Horas: 40	Aulas: ---	Dadas: 33	Excedente: ---	Contratado	
Anos Iniciais - 4o Ano	M	23			
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18			

Professor de Ciências Ludmila de Souza Andrade					
Horas: 10	Aulas: ---	Dadas: ---	Excedente: ---	Contratado	
Anos Iniciais - 1o Ano	M	15			
Anos Iniciais - 1o Ano	V	17			
Anos Iniciais - 2o Ano	M	24			
Anos Iniciais - 2o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 3o Ano	M	25			
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25			
Anos Iniciais - 4o Ano	M	23			
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18			
Anos Iniciais - 5o Ano	M	16			
Anos Iniciais - 5o Ano	V	18			

Professor de Matemática Samuel Haag		
---------------------------------------	--	--

Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo			
Anos Finais - 7o Ano						M	26
Anos Finais - 9o Ano						M	36

Professor de Educação Física Gustavo Vicentini							
Horas: 40	Aulas: ---	Dadas: 33	Excedente: ---	Contratado			
Anos Iniciais - 1o Ano						M	15
Anos Iniciais - 1o Ano						V	17
Anos Iniciais - 2o Ano						M	24
Anos Iniciais - 3o Ano						M	25
Anos Iniciais - 4o Ano						M	23
Anos Iniciais - 5o Ano						M	16
Anos Finais - 7o Ano						M	26
Anos Finais - 9o Ano						M	36

Professor Anos Iniciais - 1º Ano Priscila Ferreira Campos							
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo			
Anos Iniciais - 1o Ano						V	17

Professor de Língua Portuguesa Fabiana Rodrigues da Silva de Oliveira							
Horas: 40	Aulas: ---	Dadas: 33	Excedente: ---	Contratado			
Anos Finais - 6o Ano						V	34
Anos Finais - 7o Ano						M	26
Anos Finais - 8o Ano						V	26
Anos Finais - 9o Ano						M	36

Professor Anos Iniciais - 2º Ano Maria da Glória Moreira dos Santos Maçaneiro							
Horas: 40	Aulas: ---	Dadas: 33	Excedente: ---	Efetivo			
Anos Iniciais - 2o Ano						M	24
Anos Iniciais - 2o Ano						V	18

Professor de Arte Ivone Gonçalves Zucco							
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo			
Anos Iniciais - 1o Ano						M	15
Anos Iniciais - 1o Ano						V	17
Anos Iniciais - 2o Ano						M	24
Anos Iniciais - 2o Ano						V	18
Anos Iniciais - 5o Ano						M	16
Anos Iniciais - 5o Ano						V	18

EF-Professor Filosofia/Cidadania e Ética Josedir Rita da Silva							
Horas: 10	Aulas: ---	Dadas: ---	Excedente: ---	Contratado			
Anos Iniciais - 1o Ano						M	15
Anos Iniciais - 1o Ano						V	17
Anos Iniciais - 2o Ano						M	24
Anos Iniciais - 2o Ano						V	18

Anos Iniciais - 3o Ano	M	25
Anos Iniciais - 3o Ano	V	25
Anos Iniciais - 4o Ano	M	23
Anos Iniciais - 4o Ano	V	18
Anos Iniciais - 5o Ano	M	16
Anos Iniciais - 5o Ano	V	18

Professor de Ensino Religioso Josedir Rita da Silva				
Horas: 10	Aulas: ---	Dadas: ---	Excedente: ---	Contratado
Anos Finais - 6o Ano	V	34		
Anos Finais - 7o Ano	M	26		
Anos Finais - 8o Ano	V	26		
Anos Finais - 9o Ano	M	36		

Professor Anos Iniciais - 5º Ano Angela Helena Leoni				
Horas: 20	Aulas: ---	Dadas: 17	Excedente: ---	Efetivo
Anos Iniciais - 5o Ano	V	18		

Servente	Fone - (00) 0000-0000
Jéssica Mayumi Hotta Fatel	Celular - (47) 98498-2815
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente e Merendeira	Fone - (47) 99175-6241
Thais Javoski Correia dos Santos	Celular - (47) 98880-2815
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente	Fone - (47) 99255-9636
Jadyna Teixeira Oliveira Alvares Barcelo	Celular - (47) 99257-8689
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais
Vaga Vinculada - Maria José Pires da Silva	

Servente e Merendeira	Fone - (47) 3355-5651
Louzimar Soares de Souza	Celular - (47) 99972-8668
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente	Fone - (47) 00000-0000
Marlos Nazareno da Costa Silva	Celular - (47) 99615-7494
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente e Merendeira	Fone - (47) 3304-6780
Rosmari Bento	Celular - (47) 99607-4489
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente e Merendeira	Fone - (47) 99148-5689
Julia Elizete de Souza	Celular - (47) 99148-5689
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente e Merendeira	Fone - (47) 3351-6433
Jandira da Silva Bianchessi	Celular - (47) 99245-6536
Lotação - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

Servente	Fone - (47) 99670-2587
Vera Lucia Fernandes de Oliveira	Celular - (47) 99670-2587
Contratado(a) - E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Cargo - Auxiliar de Serviços Gerais

QUADRO GERAL 2023

Endereço	Travessa Lagoa dourada		
Bairro	Souza Cruz		
CEP	88359-040	CNPJ - 00760816/0001-13	
Email	eefplgs@educacao.brusque.sc.gov.br		Fone - (47)3351-2774

No Alunos	B1	B2	INF.1	INF.2	INF.3	PRÉ-I	PRÉ-II			Total
Ed.Infantil	0	0	0	0		24	23			47

No Alunos	Integral	Parcial	
Ed.Infantil	0	47	

No Alunos	1o Ano	2o Ano	3o Ano	4o Ano	5o Ano	6o Ano	7o Ano	8o Ano	9o Ano	Total
E.F.	32	42	50	41	34	34	26	26	36	321

No Alunos	AEE ED.INF.	AEE EEF	(AEE) Ed. Infantil - somente INF III e Pré	Total AEE
	2	13		15

Total Geral Alunos - 368

2.8 GESTÃO DA ESCOLA

A Escola Pe. Luiz Gonzaga Steiner, no que se refere à gestão escolar, reafirma seu compromisso com a ética e a participação coletiva, assentando seu processo educativo nos princípios do respeito ao outro e apreço à liberdade. Ser ético, é ser capaz de exercer a gestão de forma democrática, como princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira.

A gestão democrática aqui proposta implica no poder compartilhado e na participação efetiva do coletivo como compromisso que supera o individualismo e tem, na partilha, seu referencial maior.

É dessa forma que, na Escola Pe. Luiz Gonzaga Steiner, ética e democracia andam juntas. Contudo, acrescida a dimensão confessional da Escola no contexto da educação nacional, desde 1996, a partir da Lei nº 9.394/96, a gestão democrática tornou-se obrigatoriedade não só do ponto de vista da qualidade da educação, mas também sob a égide da lei

A gestão tem sido foco de longas e profundas discussões no campo educacional, superando seu aspecto meramente administrativo, outrora reinante, para, em seu lugar, dar ênfase às questões de convívio humano e organização coletiva como forma de valorizar a vida, reconhecendo o valor, a energia e as potencialidades de todos os envolvidos.

Tal perspectiva denota o cunho participativo necessário a uma gestão atual, integrada às reais necessidades e aos anseios de sua comunidade.

Por isso, na Escola, a democracia caracteriza-se por uma postura aberta e de argumentação receptiva, o que significa constituir formas de participação em que todos possam compartilhar as decisões à medida que, envolvidos, constroem consensos gostaríamos aqui de destacar a importância e o entendimento que a gestão democrática aqui exposta refere também a gestão pedagógica em sala de aula.

Nesse sentido, para dar suporte e condições reais de participação a todos os atores da Escola e na mais variada amplitude, a instituição conta com órgãos e colegiados que, em sua forma e dinâmica, contribuem para consolidar a gestão democrática na Escola. São eles: Conselho de Classe, Reuniões Pedagógicas, Associação de Pais e Professores, Conselho Escolar e Grêmios Estudantil.

2.9 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E DO ENSINO

Ano letivo escolar será de 200 dias de efetivo trabalho escolar com uma carga horária de 800 horas. A jornada escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental será de 4 horas diárias. A carga horária é de 5 aulas de 45 minutos, sendo que o recreio monitorado é computado nas 800 horas.

A Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner atende alunos da Educação Infantil (Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

A Escola desenvolve vários projetos e programas visando melhorar o ensino e a convivência do aluno no ambiente escolar. Segue em anexo os respectivos programas e projetos.

Da matrícula

A matrícula vincula o aluno na escola e sua efetivação respeita as normas interna da UE, de acordo com a legislação da Secretária Municipal de Educação em anexo.

Da frequência

A escola estimula a presença dos estudantes durante o ano letivo para cumprimento da carga horária e uma aprendizagem significativa. A aprovação do aluno está condicionada a frequência de 75%, os casos especiais serão discutidos no Conselho de Classe. Considera-se casos especiais: acidentes, doenças e quando verificados que os motivos são alheios a vontade do aluno.

- ❖ A frequência será controlada pelo professor através do sistema online.
- ❖ Será obrigatório 80% de frequência para os alunos da Pré Escola.
- ❖ Serão abonadas as faltas para alunos do Pré Escolar em que a mãe ou responsável, justifique no prazo de 5 (cinco) dias.
- ❖ Os pais terão que justificar as faltas do filho a unidade escolar. Caso elas ultrapassem as orientações do Programa Apóia, os mesmos serão encaminhados ao programa de proteção à criança.
- ❖ A criança que apresentar doença infecto contagiosa deverá ficar em casa para ser devidamente tratada e para não contaminar as outras crianças, ou conforme recomendações médicas.

Da transferência

A escola exercendo seu princípio de autonomia certifica seus atos através da expedição de históricos escolares declaração de conclusão de ano, certificados de conclusão. A escola deverá preservar os direitos adquiridos a vida escolar do aluno para, se necessário, fornecer a segunda via da documentação comprobatória de sua vida escolar. Ao receber a transferência de um aluno em que a escola avalia de maneira conceitual cabe a mesma fornecer a equivalência quantitativa. Caso a escola de origem não fornecer a equivalência, caberá a equipe pedagógica e o professor da disciplina efetuar a tal transformação.

Planejamento geral e avaliação da instituição

O trabalho educativo na escola é orientado por metas constituídas de intenções que perpassam o processo ensino-aprendizagem em todas as suas dimensões, ou seja a intencionalidade da ação educativa no âmbito escolar se reflete nos aspectos administrativos e pedagógicos da escola.

Considerando que as ações escolares têm sempre um objetivo a alcançar, estas são planejadas, evitando-se a improvisação e tornando o trabalho da escola, responsável e consequente. O planejamento orienta-se pelo princípio da democratização das relações no interior da escola, prioriza a participação de todos os que integram a comunidade escolar. Concentra esforços em metas a serem alcançadas a curto ou médio prazo.

Avaliar é uma atitude intrínseca e indissociável de toda ação que visa provocar mudanças. É, portanto, constituinte da ação educativa, quer se refira à organização escolar ou ao processo ensino-aprendizagem.

2.10 RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

Visamos à integração do grupo de dirigentes, administradores, secretaria, professores, funcionários, alunos e família, cientes de que cada um é responsável por seu setor e que isso deve ocorrer de forma democrática, com liberdade e responsabilidade, havendo troca de ideias sempre que necessário, que cada um desempenhe seu papel adequadamente para que o coletivo avance, em completa harmonia com a vida de nossos educandos. A adequação do espaço físico é fundamental para um bom desenvolvimento dos trabalhos, por este motivo estaremos melhorando e modificando o mesmo sempre que houver necessidade.

A participação dos trabalhadores, no caso serventes e merendeiras, deve ser integrada com o grupo de professores, alunos e direção, pois também participam do processo educativo envolvendo-se nos projetos e necessidades da Unidade Escolar. Deve ser uma participação eficaz, não paternalista e não exploratória, onde haja respeito recíproco entre o profissional e comunidade escolar. Quando tratar de outro trabalhador, no caso as pessoas da construção, (reformas e ampliações) deve ser um relacionamento profissional e se possível em tempo de recesso escolar para que não haja barulho, evitando assim intervenções no processo educacional.

A base de uma boa educação é a busca do bom relacionamento entre os profissionais e também destes com a comunidade escolar (pais e alunos), um relacionamento sincero, compreensível, respeitando o individual, trabalhando pelo coletivo, bem organizado e planejado, onde cada um observe também suas responsabilidades e compromissos na escola numa troca de muitas informações sobre os mais variados temas, os mais harmoniosos possíveis, pois o aluno, bem como seus pais devem ver no professor alguém disposto a orientá-lo, fazê-lo crescer e não de alguém ameaçador, distante ou como único responsável pela educação de seu filho.

2.11 CURRÍCULO

O conhecimento é a “matéria prima” do trabalho pedagógico escolar. Mas todo o conhecimento, por ser produto histórico-cultural. O conhecimento é produzido e elaborado pelos homens, por meio da interação que travam entre si para encontrar respostas aos desafios que se interpõem entre eles e a produção da sua existência material e imaterial, articula-se aos mais variados interesses.

O currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares, se adquirem na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades (SANTOS e PARAISO, 1996, p. 37).

Currículo é movimento e envolve as práticas docentes Institucionais com o intuito de construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do conhecimento integral das crianças e dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados cumprindo papel significante na construção das identidades sócio culturais a partir de um processo educacional que, garantindo a qualidade das aprendizagens é :

Constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento permeadas pelas associações, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010 de. p. 28)

A Escola Padre Luiz Gonzaga Steiner concebe o currículo como o coração que pulsa e determina o caminho percorrido por professores e estudantes para ampliação do repertório cultural, Social e Ambiental.

Nas etapas do ensino o currículo abarca o que preveem as diretrizes curriculares nacionais para a educação básicas e demais legislações vigentes atentando-se para as especificidades, os objetivos e as expectativas de aprendizagens definidas na proposta curricular da própria escola.

2.12 ESTRUTURA CURRICULAR

O Currículo da Educação Infantil do ser definido como conjunto de práticas que buscam articular as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter norteadas pelos direitos de aprendizagem: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

GRADE CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL 1º ANO A 9º ANO

Resolução Nº 02/CEB/CNE	Disciplinas Aulas Semanais	Anos Iniciais					Anos Finais			
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Base Comum	L. Portuguesa	06	06	06	06	06	05	05	05	05
	Matemática	06	06	06	06	06	05	05	05	05
	Ciências	02	02	02	02	02	03	03	03	03
	História	01	01	01	01	01	03	02	03	02
	Geografia	01	01	01	01	01	02	03	02	03
	Ed. Física	03	03	03	03	03	02	02	02	02
	Arte	02	02	02	02	02	02	02	02	02
	L. Estrangeira	01	01	01	01	01	02	02	02	02
	Ens. Religioso	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Parte Diversificada	Ciência II	01	01	01	01	01	00	00	00	00
	Cidadania e Ética	01	01	01	01	01	00	00	00	00
TOTAL SEMANAL		25	25	25	25	25	25	25	25	25

Conteúdo Curricular

Nossa unidade escolar segue a Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação de Brusque e a nova BNCC.

Num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições estar formando para a vida significa mais que reproduzir dados denominar classificações ou identificar símbolos. Será necessário trabalhar para o desenvolvimento das 10 competências definidas na nova BNCC:

- ✓ Conhecimento;
- ✓ Pensamento científico, crítico e criativo;
- ✓ Repertório cultural;
- ✓ Comunicação;
- ✓ Cultura Digital;
- ✓ Trabalho e projeto de vida;
- ✓ Argumentação;
- ✓ Autoconhecimento e autocuidado;
- ✓ Empatia e cooperação;
- ✓ Responsabilidade e cidadania.

Uma formação com tal ambição exige método de aprendizagem compatível, ou seja, condições efetivas para que os alunos possam:

- ✓ Comunicar-se e argumentar;
- ✓ Defrontar-se com problemas, compreendê-lo e enfrentá-lo;
- ✓ Participar de um convívio social que lhes dê oportunidade de ser realizar como cidadãos;
- ✓ Fazer escolhas e proposições;
- ✓ Tomar gosto pelo conhecimento;
- ✓ Aprender a aprender;

2.13 RESULTADOS EDUCACIONAIS

2.14 DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS

A Escola Pe. Luiz Gonzaga vem se destacando dentre as escolas da rede pública do município de Brusque, fato este justificável pela divulgação dos resultados de avaliações externas realizadas pelo Governo Federal.

Nas últimas avaliações, a escola vem somando a maior pontuação entre as escolas municipais e estaduais. Fato este justificável pela forma que vem desenvolvendo seu trabalho.

Nos anos iniciais a escola saltou de 6,2, registrada em 2011 para 7,6, bem acima da meta que era de 6,3. Nos anos finais a escola também superou a meta, e atingiu o índice de 5,5.

No ano de 2018, a escola atingiu o índice de 5.8 anos finais e 7.1 nos anos iniciais.

Resultados estes pautados em diferentes princípios tais como: Planejamento e organização do trabalho pedagógico, foco na aprendizagem do aluno, atividades extraclasse, aulas de reforço, atividades esportiva, culturais e sociais, acompanhamento familiar, entre tantos outros fatores que favorecem a aprendizagem dos alunos.

Em termos de rendimento a escola vem gradativamente tentando diminuir seus índices de retenção e conseqüentemente a distorção idade/ano e abandono.

ANO	Nº DE ALUNOS RETIDOS	ABANDONO
2009	14	0
2010	2	1
2011	4	0
2012	6	1
2013	6	0
2014	8	0
2015	10	0
2016	5	0
2017	4	0
2018	8	0
2019	20	0
2020	06	0
2021	0	0
2022	0	0

3. MARCO CONCEITUAL: DEFINIÇÃO DAS BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O referencial teórico adotado por esta instituição de ensino está ancorado na perspectiva sociointeracionista, que expressa a pedagogia relacional. Nesse sentido, que o conhecimento adquirido pelo aluno, serve de patamar para continuar a construir novos conhecimentos. Sendo a aprendizagem, por excelência, construção, ação e tomada de consciência da coordenação das ações, cabe ao professor trazer materiais que tenham significado para os alunos, dirigir-lhes perguntas, explorando aspectos problemáticos e solicitar-lhes que representem o que elaboraram.

Ao aluno, portanto, é reservada a tarefa de explorar diferentes possibilidades num ambiente pedagógico tornando-se protagonista no seu aprendizado. A criança, vista com protagonista, desempenha papel ativo nessas relações e em ambientes que vivenciam desafios e que seja provocada a resolver situações problemas. Diante dessas premissas, formulamos as seguintes concepções que servem como referências da atuação pedagógica.

3.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam ou cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever do Estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

3.2 CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A escola é um espaço de formação e informação, em que o desenvolvimento de habilidades e competências favorecem a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais.

A prática escolar distinguiu-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo extenso de tempo. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres.

3.3 CONCEPÇÕES: EDUCAR E EDUCAÇÃO

Educar: Esperança de um futuro melhor. Educar é possibilitar ao educando encontrar suas próprias alternativas de solução para situações-problema, aí estando embutida a esperança de descobrir e de aprender.

A esperança, por si só, não será capaz de estabelecer e definir transformações no mundo. Mas, educar com objetivos definidos e expectativas de resultados satisfatórios e uma forma sadia, responsável e ética de busca de um futuro melhor.

O incentivo à reflexão, à análise crítica e aos questionamentos é condição indispensável ao estabelecimento de um verdadeiro diálogo pedagógico, de uma relação de afeto e respeito mútuo em torno do que deve ser aprendido e do que deve ser ensinado.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Educar é deixar que o aluno exponha seu potencial sem medo de crescer, mudar ou desenvolver.

Educação

*“A educação não pode ser entendida como um ponto final,
mas como um ponto de partida”*

(Pierre Furter)

Educação é processo pelo qual possibilita não só o aluno, como ao professor à transformação da sociedade, a conquista de novos conhecimentos, o crescimento pessoal e o melhor relacionamento do indivíduo na família, escola, comunidade, etc. A educação forma o indivíduo para o convívio social, visando a melhoria do mundo em que vivemos, é a oportunidade do indivíduo de reconhecer, reeducar e aprimorar sempre mais seus pensamentos, atos e conceitos que fazem parte do seu dia a dia ultrapassando dessa forma o conhecimento popular e atingindo o científico, buscando dessa relação a necessidade do respeito em todas as instâncias.

A educação fundamental, segundo a Constituição Federal é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade. Educar é libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual como em relação à classe dos educandos, é essencial à compreensão do real, entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

3.4 CONCEITO DE APRENDIZAGEM

Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos. Nesse enfoque, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente (DEMO, 1999). Ainda o mesmo autor postula que quando a educação é construída pelo sujeito da aprendizagem, existe a ressignificação, novas formas de comunicação e a construção de novas habilidades, caracterizando competências e atitudes significativas.

Para uma aprendizagem significativa e integrada à criança, é necessário que ela vivencie-se e vivencie com seus pares as diversas experiências pedagógicas, para que percorra da ação à operação (PIAGET, 1978), dos níveis inferiores aos níveis superiores do pensamento (VYGOTSKY, 2001). Ao finalizar esse conceito, parafraseamos Demo: “Quem sabe aprender, alarga seus horizontes, explora alternativas, conquista fronteiras”. O Aprender é dinâmica da vida, a bagagem recebida na vida não é ponto final. É apenas ponto de partida (DEMO, 1999, p. 46).

3.5 CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento aos alunos e orientando professores/as quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. Em anexo detalhamento e normativa de atendimento.

3.6 CONCEITO ESCOLA SUSTENTÁVEL

As questões ambientais vem sendo consideradas cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis.

A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Em termos de educação, essa perspectiva contribui para evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade, da solidariedade e da equidade.

Como se infere da visão aqui exposta, a principal função do trabalho na perspectiva de Escola Sustentável é o de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.

Diante desta realidade contemporânea a escola tornou-se uma signatária dentro do Movimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto a escola se propõe a trabalhar práticas sustentáveis que criem hábitos e responsabilidade na comunidade escolar para ações atuais e futuras. Em anexo detalhamento dos 17 ODS

3.7 CONCEITO DE EDUCAÇÃO COOPERATIVA

A educação cooperativa é uma prática democrática que auxilia na compreensão da complexidade da vida em comunidade e possibilita aprendizagens significativas para o desenvolvimento pessoal e

social. Ao privilegiar a participação promove-se a experimentação de limites e potencialidades e está atenta às dificuldades individuais e aos problemas coletivos.

Uma cultura da cooperação auxilia a escola a formar pessoas capazes de resolver conflitos pautados pelo respeito a valores e princípios da convivência em sociedade. Para que isso ocorra, negocia-se rotinas, constrói-se regras de convivência, sugere-se debates, problematiza-se e media-se.

A Escola desde 2017, vem participando do Programa Cooperjovem,,: Cooperjovem é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), desenvolvido em âmbito nacional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) desde 2000. Em 2001, o programa foi implantado pelo Sescoop/SP, que assumiu sua coordenação em âmbito estadual em parceria com as Cooperativas e Secretarias de Educação.

A Unimed Brusque é a cooperativa parceira junto da escola, que através do programa tem o objetivo disseminar a cultura da cooperação, baseada nos princípios e valores do cooperativismo, por meio de atividades educativas.

Em anexo encontrasse o PEC (Projeto Educacional Cooperativo) desenvolvido no ano de 2018 a partir de uma situação problema levantada pela comunidade escolar e atualizado a cada início do ano, como também a avaliação anual realizada para verificar o alcance dos objetivos.

3.8 CONSTRUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O PROCESSO DE (RE) ELABORAÇÃO CONCEITUAL

Entendemos que a elaboração do conhecimento se dá em diversos âmbitos e durante a ação, reflexão, registro, sistematização e socialização das nossas práticas.

Podemos dizer que a construção do conhecimento é um processo constante e acontece nas mais diversas instâncias: nos grupos de estudo, nas reuniões, nos espaços escolares, na comunidade, na família entre outros.

Entendemos que o conhecimento é um resultado da ação humana, construída pelos diversos grupos sociais e, por isso, permeada pelos valores e interesses desses grupos.

Acreditamos, todavia, que os seres humanos constroem o conhecimento em sociedade, na relação com o outro, na ação, na reflexão. Portanto, a construção do conhecimento é um processo coletivo.

Vale ressaltar que esse processo coletivo só é reconhecido diante da compreensão e aceitação de que somos seres intelectualmente inacabados, e que nossa formação deve ser estendida para além de qualquer das grades curriculares.

A especificidade da aprendizagem escolar passa pela mediação do conhecimento com todas as implicações de sua natureza epistemológica que incorpora conflituosamente o conhecimento cotidiano e o conhecimento científico.

3.8. 1 Pressupostos Metodológicos: Os Fundamentos Teóricos e a Ação Pedagógica

Nossa Unidade de Ensino adota metodologias de ensino diversificadas que estimulam a construção e reconstrução do conhecimento e mobilizam o raciocínio a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas.

Com base no exposto, a metodologia discutida, refletida e estabelecida privilegia a ação pedagógica que considera professores e alunos como sujeitos do processo de ensinar e aprender.

Para (FREIRE, 2002), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Portanto, a tarefa docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, a trabalhar os conteúdos criticamente, criativamente, rigorosamente, humildemente, de forma inquietante e persistente.

A ação pedagógica deve acontecer por meio da participação entre os professores, alunos, pais, ou seja, a comunidade escolar, com pesquisas e questionamentos, dando voz a cada um deles.

Nessa proposta metodológica, a escola é vista como uma comunidade democrática de aprendizagem (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2008), um lugar de aprendizado, de conhecimentos, de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e, também, de formações para vida social, econômica e cultural.

As situações vividas no ambiente escolar têm a função de focar a aprendizagem. Nela o aluno aprende como um todo: pela maneira como ela é organizada e como funciona; pelas ações globais que promove; pelo modo como as pessoas nela se relacionam e trabalham e como a escola se relaciona com a comunidade; pela atitude que expressa com relação às pessoas; aos problemas educacionais e sociais e pelo modo como nela se trabalha.

Nesse contexto, se integram as comemorações, mostras de trabalhos, reuniões, momentos de encontros com alunos, passeios, encontros com pais. O discurso que permeia a escola deve estar comprometido com a formação integral dos alunos, ou seja, os discursos de sala de aula estão intimamente ligados com todos os outros ambientes que a compõe, as disciplinas dialogam umas com as outras na interdisciplinaridade, na suas mais variadas formas partindo do princípio que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação e de esclarecimento sobre os aspectos não distintos.

O ensino deve ir além da descrição e procurar construir nos alunos a capacidade de analisar, explicar prever e intervir. Esses objetivos são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas integradas em áreas do conhecimento poderem contribuir cada uma com sua especificidade para o estudo comum de problemas concretos, ou para desenvolver projetos de investigação e/ ou ação.

3.9 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

É significativo na educação, compreender a avaliação como um processo contínuo e inclusivo. Para isso, é necessária uma visão diagnóstica na qual o professor consiga perceber como o aprendizado aconteceu. No entanto é relevante considerar o eixo desse processo, ou seja, a própria prática.

Nesse sentido, a avaliação se caracteriza como um processo de ensino/aprendizagem que implica na avaliação do aluno e na autoavaliação do professor e aluno. A avaliação acontecerá durante todo o processo escolar, não tendo como objetivo principal quantificar os resultados, mas sim a partir das observações diárias, diagnosticar as dificuldades dos alunos e por meio deste diagnóstico, retomar os conteúdos para que a aprendizagem seja alcançada.

A avaliação diagnóstico-formativa tem como função básica, auxiliar o professor a observar os alunos, a mediar e interagir com eles, a compreender melhor suas necessidades, de modo a ajustar de maneira mais sistemática e individualizada, suas intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, na expectativa de otimizar a aprendizagem com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado, autonomizando o processo de ensino e de aprendizagem.

Na avaliação diagnóstico-formativa, professor e aluno devem estar comprometidos, ao longo do processo, num movimento de ajuda, a fim de dimensionar os avanços e as dificuldades, ambos em constante interação.

A avaliação diagnóstico-formativa faz perguntas, investiga e integra o saber e experiência do aluno, busca alternativas e proporciona *feedback*, ensinando à medida que corrige no processo de ensino e de aprendizagem. *Feedback*, aqui, se traduz por realimentação e revisão, tornando-se uma forma de ajuda ao aluno, ao grupo ou a toda a classe, considerando a possibilidade de mudança na conduta.

É formativa toda a avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo. [...] A avaliação formativa define-se por seus efeitos de regulação dos processos de aprendizagem.

Dos efeitos buscar-se-á a intervenção que os produz e, antes ainda, as observações e as representações que orientam essa intervenção. (PERRENOUD, 1999, p. 103-104).

A avaliação é um processo e não um fim, utilizada como um instrumento que visa libertar e emancipar os sujeitos e não controlar e classificar, procurando sempre resgatar aqueles que necessitam e estimular os alunos para a construção de novos conhecimentos, **a fim de serem** críticos, capazes de atuar na sociedade de forma criativa, contribuindo para sua transformação.

Uma avaliação investigativa, que permeia diversos fatores, deve acontecer a todo o momento, sendo um permanente ato de reflexão; logo deve começar pelo professor que também será um orientador, um observador. A observação contínua do desempenho escolar ao longo do ano letivo é tão importante quanto a avaliação concentrada nos momentos de provas, trabalhos individuais ou em grupo.

Focar a avaliação somente em momentos pontuais implica em não permitir ao sujeito manifestar o que aprendeu de fato. O processo de avaliação formativa (ação/reflexão/ação) e o trabalho de recuperação paralela proporcionarão o avanço do aluno.

Ao avaliar o aluno pela nota, o professor deverá tomar o cuidado de observá-lo durante todo o período, percebendo, as dificuldades, limitações, conquistas, seu desenvolvimento e mudança de comportamento em geral, não lançando uma nota simplesmente pelo desempenho em provas e/ou trabalhos.

Pelo fato da avaliação ser contínua, o professor deve levar em consideração os processos vivenciados pelos alunos, como resultado de um trabalho intencional, que deverá constituir-se em instrumento para reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades e como forma de acompanhar e conhecer cada aluno e cada grupo.

A avaliação subsidiará o professor com elementos para uma contínua reflexão sobre sua prática, proporcionando uma visão sobre a eficiência dos procedimentos didáticos adotados. Para o aluno, será instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

A avaliação deve ser constante, onde professor e aluno estejam flexíveis às transformações. A avaliação, praticada nesta perspectiva, apoia-se em dois pontos:

- ❖ Confiança na possibilidade dos educandos construírem suas próprias verdades;
- ❖ Valorização de suas manifestações e interesses.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento de julgamento, mas sim de planejamento. Dessa forma, o ato de avaliar significa analisar e pensar a prática dentro de uma perspectiva que promova e facilite o processo de apropriação e construção do conhecimento.

Para avaliar o aluno de forma significativa, deve-se ter uma visão ampla do significado de avaliar. Levando-se em conta todo o desenvolvimento do aluno durante o Trimestre e durante o ano letivo, nos seguintes aspectos:

- ❖ Crítico e construtivo;
- ❖ Sócio-emocional;
- ❖ Interpretativo e questionador;
- ❖ Cognitivo.

Fica estabelecido para este educandário o mínimo de três avaliações no trimestre, por componente curricular, sendo a prova operatória obrigatória. Deverá ser utilizado diversos instrumentos avaliativos, estabelecendo uma relação entre o ensino e a aprendizagem, exigindo habilidades cognitivas diferenciadas, contribuindo para que o professor possa obter elementos levando em consideração suas dificuldades, seus avanços, seu rendimento, para que o mesmo tenha uma visão geral do aluno.

O ano letivo será dividido em 3 (três) Trimestres, tendo como média para aprovação, a nota 6 (seis). O registro da avaliação será feito da seguinte forma:

1º Bimestre – Notas

2º Bimestre – Notas

3º Bimestre – Notas

Não havendo **Exame Final** (de provas), obrigatoriamente, o professor deverá trabalhar com a recuperação paralela, sendo que o aluno com a média 6 (seis) estará automaticamente aprovado.

A Fórmula utilizada para verificação do rendimento escolar se dará da seguinte forma:

$$\underline{\text{MÉDIA DO 1º + 2º + 3º TRIMESTRE}} = \text{MÉDIA FINAL}$$

(Média do 1º+ 2º+ 3º trimestre, dividido por três, igual a Média final.)

A média mínima de cada trimestre não poderá ser inferior a 4 (quatro).

O aluno será retido quando o mesmo não atingir a média final de 5 (cinco), em três disciplina ao final do ano letivo. Os demais casos serão decididos em Conselho de Classe e/ou Conselho Escolar.

3.9.1 DA AVALIAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação do rendimento das crianças do Centro de Educação Infantil Tia Dete acontece num processo contínuo, integral e participativo através de observação e reflexão da ação pedagógica. É uma tarefa permanente do professor, instrumento indispensável à constituição de uma prática pedagógica e educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento das crianças.

Constantemente a criança será avaliada através de seus avanços e dificuldades, considerando os aspectos (afetivo, social, motor, cognitivo).

A avaliação acontece durante todo o processo escolar, sendo descritiva, contendo dois registros anuais, observando as brincadeiras espontâneas, relacionamento entre as crianças, atividades, jogos, momentos do parque, na hora do lanche, e nas manifestações das crianças.

Desta forma são feitas observações diárias, onde a professora consegue acompanhar o desenvolvimento de cada. Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências. Portanto, a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados.

Os critérios de avaliação apontam as experiências educativas a que os alunos devem ter acesso e são considerados essenciais para o seu desenvolvimento e socialização. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem refletir de forma equilibrada as diferentes habilidades.

Os registros avaliativos serão entregues aos pais, onde os professores terão a oportunidade de conversar sobre o desenvolvimento de cada criança utilizando o portfólio com um complemento da avaliação.

O portfólio como instrumento avaliativo deve conter a observação, os múltiplos registros, o acompanhamento e a interpretação do cotidiano vivido, possibilitando outras pessoas conhecerem e sentirem o que se vive na Educação Infantil. Ele fornece uma avaliação significativa das vivências e experiências desenvolvidas, considerando os seguintes aspectos:

- ✓ O que as crianças fazem, dizem e brincam;
- ✓ A construção de significados para as crianças diante das propostas de trabalho intencionalmente organizados pelo adulto;
- ✓ As estratégias de aprendizagem que utilizam em grande grupo, pequeno grupo e na interação individual;
- ✓ As manifestações expressivas das crianças;
- ✓ As perguntas, depoimentos, hipóteses que as crianças lançam no dia a dia;
- ✓ Desafios feitos às crianças, suas ações e reações, acompanhamento das intervenções do professor e do apoio de colegas mais experientes.

3.9.2 Critérios de Avaliação da educação infantil e do Ensino Fundamental

A escola desenvolve o processo ensino aprendizagem, articulada com os quatro pilares da Educação:

- ✓ Aprender a conviver,
- ✓ Aprender a fazer,
- ✓ Aprender a conhecer;
- ✓ Aprender a ser.

Para tanto, procura fazer uma avaliação voltada ao desenvolvimento integral do aluno, observando os princípios de dinâmica de grupo, responsabilidade, solidariedade, participação e desempenho, tanto do aluno quanto do professor.

Destacamos alguns critérios para a avaliação do aluno:

- ❖ Interesse e participação durante as aulas, dando contribuições referentes ao assunto;
- ❖ Manifestação de curiosidade em descobrir conhecimentos úteis no seu dia a dia, visando melhorar sua condição de vida e de sua comunidade;
- ❖ Observar, investigar, questionar e extrapolar os temas trabalhados;
- ❖ Estabelecer relações entre os conhecimentos prévios com o conhecimento científico disponibilizado;
- ❖ Saber reconhecer-se como cidadão com direitos e deveres;
- ❖ Desenvolver o aspecto motor, afetivo, cognitivo e social com criatividade, organização, autoestima e autoconfiança;
- ❖ Apropriar-se dos conhecimentos conforme objetivos de cada disciplina trabalhada no decorrer do período avaliado;
- ❖ Comprometimento e realização das atividades de casa (deveres, trabalhos, pesquisa, estudos) e acompanhamento da família nas atividades escolares;
- ❖ Independência de ações dentro dos limites de convivência;
- ❖ Saber ouvir;
- ❖ Bom relacionamento com todos os membros da comunidade escolar;
- ❖ Respeito à opinião dos colegas de classe e cooperação nos trabalhos em grupo;
- ❖ Envolvimento, participação e realização de atividades extraclasse (passeio, gincanas, jogos e homenagens);
- ❖ Organização dos materiais;
- ❖ Pontualidade e assiduidade.

3.9.3 Recuperação Paralela

No que se refere à recuperação paralela, o artigo 24, inciso V, alínea “e” da LDBEN 9.394/1996 preconiza “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”, portanto é direito do aluno e dever da escola oferecer estudos de recuperação, sempre que houver necessidade, a fim de que o aluno possa se apropriar do conhecimento necessário e atingir os objetivos propostos.

Os resultados obtidos nessa recuperação se sobrepõem aos anteriores, desde que haja apropriação do conhecimento, ou seja, onde o aluno demonstre ter superado as dificuldades.

É importante ressaltar que este trabalho refere-se à recuperação de conteúdos e não apenas de nota, não bastando, pois, apenas aplicar nova prova. Nos estudos de recuperação paralela deve ser dada ao aluno condição de apropriar-se do conhecimento não adquirido na oportunidade. Os trabalhos de recuperação paralela devem ser registrados e documentados no sistema online.

3.9.4 Avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, atender as necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade: é atribuição do professor considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem e avaliar a eficácia das medidas adotadas.

Desta forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor, psíquico e de superdotação intelectual.

As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, a atenção a estas diferenças é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

No que se refere ao conteúdo e forma da avaliação, deixa-se de enfatizar o resultado para considerar o processo de apropriação do conhecimento. Quer dizer, o professor assume uma atitude de observação e registro das diversas atividades desenvolvidas pelo aluno, sejam elas orais ou escritas, e reflexão sobre elas, de modo a responder às necessidades de aprendizagem manifestas.

“A questão fundamental que deve angustiar o professor não deve ser ‘como traduzir em nota’ o desempenho do aluno, mas sim ‘como encontrar estratégias de intervenção para que o aluno venha a aprender.’” (VASCONCELLOS, 2002).

Algumas adaptações, sugeridas pelo MEC, nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

- ✓ Situar o aluno nos grupos com os quais melhor possa trabalhar;
- ✓ Utilizar técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário;
- ✓ Propiciar apoio físico, visual, verbal e outros, permitindo ao aluno com necessidades educacionais especiais a realização das atividades escolares e do processo avaliativo; esse apoio pode ser oferecido pelo professor regente, professor especializado e/ou pelos próprios colegas;
- ✓ Introduzir atividades individuais complementares para o aluno alcançar objetivos comuns aos demais colegas; essas atividades podem se realizar na própria sala de aula ou em atendimentos de apoio;
- ✓ Introduzir atividades complementares específicas para o aluno, individualmente ou em grupo;
- ✓ Eliminar atividades que não beneficiem o aluno ou lhe restrinjam uma participação ativa e real ou, ainda, que esteja impossibilitado de executar;
- ✓ Suprimir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo aluno em razão de sua(s) deficiência(s); substituí-los por objetivos e conteúdos acessíveis, significativos e básicos para o aluno (sem que isso implique em supressões de conteúdos
- ✓ Adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas da turma;
- ✓ expressivos que causem prejuízos à sua formação);
- ✓ Promover o registro documental das medidas adaptativas adotadas, para integrar o acervo documental do aluno.

É importante salientar que a atitude do professor em relação à aprendizagem de seus alunos com necessidades educacionais especiais constitui-se num dos principais fatores favorecedores da avaliação inclusiva. Essa atitude consiste em reconhecer que um dos elementos que mais pode contribuir para a melhoria do ensino é o que se conhece sobre os alunos e o que se pode descobrir a partir das interações habituais com eles.

Os registros individuais, os debates durante as aulas, as observações informais registradas pelo professor são importantes abordagens informais que em muito contribuem para apreciar o progresso dos alunos. São informações recolhidas do cotidiano de sala de aula que não podem ser subestimadas pelo professor no momento de avaliar o desempenho dos alunos.

No entanto, o professor pode também recorrer a outras formas de avaliação que lhe garantirão uma maneira segura de avaliar esse progresso, ou seja, ele pode empregar a avaliação baseada em critérios.

Essa abordagem possibilita avaliar o desempenho do aluno em relação a determinados objetivos específicos do currículo e a tomar decisões sobre o tipo de atividade que deverá ser proposta ou enfatizada nas aulas.

A abordagem baseada em critérios elimina a avaliação classificatória que contribui para comparar os alunos uns com os outros, ou para selecionar os melhores ou piores alunos. Ao contrário, ela avalia o desempenho do aluno em relação a um critério determinado, ao alcance ou não dos objetivos de ensino ou de determinadas competências, dentro de suas possibilidades, tornando-se útil para planejar ou re-planejar as atividades de ensino.

Sendo assim, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V, artigo 59, inciso II combinado com a Resolução nº 112/CEE/SC, de 12 de dezembro de 2006, artigo 6º, os alunos portadores de necessidades especiais com déficit sensorial, motor ou psíquico ou de superdotação intelectual, serão avaliados de acordo com suas individualidades e diversidade.

A avaliação seguirá a mesma normativa do ensino fundamental, acompanhado sempre um parecer descrito, sendo função e competência dos professores regentes. Os relatórios semestrais serão responsabilidade do profissional do AEE ao final de cada trimestre.

3.10 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

3.10.1 Fundamentação Legal, Política e Pedagógica

A Educação Inclusiva fundamenta-se em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreendendo a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais. É também, um desafio que permite as escolas do ensino regular transformarem-se em um ambiente

onde todos possam exercer seu direito à educação, onde as diferenças sejam atendidas, respeitadas de forma plena, a todos os educandos, indiferentemente de quais forem suas necessidades.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1998), define, no art. 205, a educação como um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, seja pública ou privada.

No Decreto n.º 6.571/2008, dispõe sobre o AEE, definido no §1º do art. 1º, como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. No §2º do art.1º, determina que o AEE integra a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas.

O Decreto n.º 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Outra questão importante do educando com necessidade educativa no ensino regular é a oportunidade de vivenciar diferentes grupos sociais. Esta situação é capaz de promover a tolerância, o respeito a diversidade e a vida com dignidade, mas o processo não é simples, é necessário que as políticas públicas elaborem informações capazes de promoverem o entendimento das capacidades e da vivência das pessoas com necessidades.

Ainda na LDB, no seu Capítulo V → trata especificamente dos direitos dos “educandos” portadores de necessidades especiais” (Art. 58) “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - SEESP N.º 02/2001: Têm como objetivo orientar os sistemas educacionais acerca da educação de aluno (a)s com necessidades educacionais especiais na sala comum das escolas da rede regular e oferecer subsídios para a constituição das diversas modalidades de atendimento (atendimento especializado, hospitalar e domiciliar) ao estudante com deficiência.

Em seu Art. 2º, as Diretrizes (MEC/CEB 2001) estabelecem que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com

necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

De acordo com o disposto nesses documentos, acima citados, o PPP deve assegurar aos alunos alvo da educação especial o acesso ao ensino regular e adotar medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e nas comunicações que impedem sua plena e efetiva participação na escola, em igualdade de condições com os demais alunos.

3.10.2 Sala Multifuncional

Nos objetivos da Política Nacional de Educação Especial, a Perspectiva Inclusiva é de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para: garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino). Para tal foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais, onde é oferecido o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Elas são constituídas de mobiliários e equipamentos com acessibilidade e características (adaptação) próprias para receber as mais diversas necessidades educativas especiais, juntamente com materiais didáticos e recursos pedagógicos específicos para realizar o AEE.

A Sala de Recurso Multifuncional presta um atendimento de natureza pedagógica conduzido por professores especialistas. Este espaço se destina ao atendimento de estudantes das instituições de ensino da rede pública, dividido em Polos de trabalho, na qual a Escola de Ensino Fundamental Padre Luiz Gonzaga Steiner é um destes Polos.

3.10.3 Função do Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da educação especial oferecido pela Sala Multifuncional que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

3.10.4 Público Alvo

Para fins destes PPP, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais deparando-se com diversas barreiras, podem ter dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses).

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

3.10.5 Atribuições do professor

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

3.10.6 Quanto ao atendimento

Serão realizados duas vezes por semana, com carga horária de uma hora por atendimento, no turno inverso da escolarização, na sala de recurso multifuncional.

3.10.7 Avaliação

Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos trabalhos e atividades ministradas diariamente, as ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino aprendizagem, disponibilizando quando necessário para a escola regular, SEME e outros profissionais da saúde.

3.10.8 O uso das Tecnologias em Sala de Aula

A inserção das tecnologias no ambiente escolar, como suporte para o processo educativo, é fato que advém das transformações sofridas ao longo dos anos pela educação, no contexto da prática pedagógica.

A adoção das tecnologias pelas escolas ocorreu como resultado da pressão do mercado, pois estas encontravam-se defasadas com relação às demandas sociais e a cultura das novas gerações.

As tecnologias de informação e comunicação estão presentes em todos os setores produtivos, elas vêm inserindo-se nas instituições escolares com grande rapidez, incentivando os docentes das mais variadas modalidades a introduzirem estes recursos no processo de aprendizagem.

O uso destas tecnologias deverão ser utilizados exclusivamente para fins pedagógicos.

De acordo com Geaquinto (2008), recursos tecnológicos são “[...]instrumentos que funcionam como mediadores na transmissão e/ou troca de dados entre todos os membros da comunidade acadêmica e demais envolvidos e podem ser mais ou menos sofisticados.” É através deles que o docente estimula a geração do conhecimento, utilizando a tecnologia de informação e comunicação.

Pocho, Aguiar e Sampaio (2003) classificam os recursos tecnológicos em independentes e dependentes. Os independentes são aqueles que não necessitam de aparelhos elétricos ou eletrônicos para sua produção, podemos citar como exemplo, a oratória do docente, giz, quadro-negro, cartaz, gráficos, livro didático, jornais, revistas, mural, mapas e globo terrestre. Os dependentes são as TICs propriamente ditas, são aqueles recursos que mais nos instigam, pois são modernos e interativos. Temos como exemplos: retroprojetor, TV educativa, projetor de slides, telefone, rádio, CD, DVD, computadores, softwares e celular.

Segundo VIEIRA (2012, p.6) as novas tecnologias não substituem o papel do professor, pelo contrário, elas vem para agregar valores ao processo de aprendizagem, modificando a forma de ensinar e aprender.

4. A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação Étnico-racial contempla os grupos indígenas (Guaranis, Xokglenes e Kaigangs), os afrodescendentes, Quilombolas, Caboclos, Mestiços, Ciganos, e respeito aos novos processos migratórios.

Decorde com a lei N 10639, de 09 de janeiro de 2003 (Brasil 2003), trata da inclusão do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e posteriormente com a inserção da cultura e da história indígena por meio da Lei nº 11645 de 10 de março de 2008 (Brasil 2008) provoca a mudança de um currículo hegemônico.

Sendo assim faz-se necessário que a escola repense suas práticas e inclua em seu planejamento praticas pedagógicas inclusiva que valorize toda a diversidade étnico racial e combata toda prática preceituosa e de discriminação.

5. DISPOSITIVOS LEGAIS

Documentos legais e normativos referentes ao Ensino Fundamental

Em anexo constam todos os documentos legais e as normativas referentes ao ensino fundamental.

5.1 ESTATUTO

Definimos Estatutos como um conjunto de diretrizes de carácter geral que têm por função regular o normal funcionamento desta instituição de ensino. Na sua essência consta as grandes linhas de orientação da escola. Segue em anexo a íntegra do estatuto da escola e o estatuto do Magistério.

5.2 REGIMENTO

O Regimento Escolar é um instrumento fundamental para a organização das escolas, documento administrativo e normativo que fundamentado na proposta pedagógica, estabelece a organização e o funcionamento da escola. Nele evidenciam-se o compromisso dos profissionais que vivenciam a realidade escolar, colaborando para o êxito do trabalho escolar, com o compromisso de oferecer uma educação que valorize a permanência e a efetivação da aprendizagem do aluno. Deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e, efetivamente, fazer cumprir as ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola. Segue em anexo a íntegra dos regimentos desta instituição de ensino subdividida em:

- ✓ Regimento do Gonzaguinha
- ✓ Regimento do Docente e funcionários
- ✓ Regimento do Conselho Escolar
- ✓ Regimento da APP
- ✓ Regimento da Escola Aberta
- ✓ Plancon

5.3 CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. Nele estão definidas todas as ações e eventos da unidade escolar como também os dias letivos. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação elaborá-lo e encaminhar a escola, afim de que a instituição possa acrescentar suas particularidades. Em anexo consta o respectivo calendário.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROIO, G. Miguel. *Ofício de Mestre Imagem e Auto-Imagem*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília*, 23 dez. 1996.
- BRUSQUE. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Brusque*. Blumenau: Nova Letra, 2003.
- CHALITA, Gabriel. *Educação a Solução está no Afeto*. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- PCNs. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- RAUBER, Celerino. *O Chão da Prática Educativa Uma relação entre Pretensão e Realidade*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- SANTA CATARINA. Lei complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, 7 de ago. 1998.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Diretrizes 3 : organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades*. Florianópolis: Diretoria do Ensino Fundamental/ Diretoria do Ensino Médio, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular: uma contribuição para escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos*. Florianópolis: Coordenadoria de Ensino, 1991.
- VICENTE, Orlando. *Biblioteca de Auxílio ao Sistema Educacional (BASE)*. 1ª ed. São Paulo: Iracema LTDA, 2000.
- VIGOTSKY, L. S. “ *Pensamento e Linguagem*”, São Paulo: Martins, 1987.
- WITTING, Arno. *Psicologia Geral*. São Paulo: Mcgraw- Hill do Brasil, 1981

7. ANEXOS